

## Aula 09

*Banco do Brasil (Escriturário - Agente de  
Tecnologia) Passo Estratégico de  
Conhecimentos Bancários - 2023  
(Pós-Edital)*

Autor:  
**Alexandre Violato Peyerl**

26 de Janeiro de 2023

# Índice

1) Moeda e Política Monetária - Análise Estatística .....	3
2) Moeda e Política Monetária - Roteiro de Revisão .....	4
3) Moeda e Política Monetária - Apostila Estratégica .....	19
4) Moeda e Política Monetária - Questões Estratégicas .....	20
5) Moeda e Política Monetária - Questionário de Revisão .....	33
6) Moeda e Política Monetária - Lista de Questões .....	36
7) Moeda e Política Monetária - Gabarito .....	44
8) Moeda e Política Monetária - Referências Bibliográficas .....	45



# MOEDA E POLÍTICA MONETÁRIA: POLÍTICAS MONETÁRIAS CONVENCIONAIS E NÃO-CONVENCIONAIS (QUANTITATIVE EASING); TAXA SELIC E OPERAÇÕES COMPROMISSADAS; O DEBATE SOBRE OS DEPÓSITOS REMUNERADOS DOS BANCOS COMERCIAIS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL. ORÇAMENTO PÚBLICO, TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL E DÍVIDA PÚBLICA.

## ANÁLISE ESTATÍSTICA

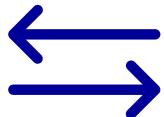
Os tópicos desta aula nem sempre são cobrados em concursos da área bancária, motivo pelo qual não colocamos em nossa análise estatística geral. De qualquer forma, considerando as questões sobre o tema, não se limitando à área bancária, temos a seguinte distribuição de cobrança:

Tópico	% de cobrança
Política Monetária	70,00
Metas de Inflação	30,00



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

### Funções da moeda:



**Meio de troca** - pode ser trocada por bens e serviços.

- É a função básica da moeda, que corresponde à sua utilização para a compra de bens e serviços, bem como a realização de outros pagamentos.



**Unidade de conta** - padrão de valor de preços.

- É a função que permite estabelecer medidas de preços, como R\$ 30 um almoço, US\$ 2 mil um computador ou R\$ 120 mil um carro, por exemplo.
- Essa função é prejudicada em períodos de grande inflação.



**Reserva de valor** - guarda-se hoje para suprir gastos futuros.

- Troca o consumo imediato pelo consumo futuro.
- Nessa função, a moeda assume a forma de ativo financeiro.

### Agregados monetários:

**M1** = Papel Moeda em Poder do PÚBLICO + Depósitos à Vista

**M2** = M1 + Depósitos de Poupança + Títulos emitidos por instituições depositárias + Depósitos especiais remunerados

**M3** = M2 + Cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa + Operações Compromissadas registradas no Selic

**M4** = M3 + Títulos Públicos Federais de Alta Liquidez

Meios de pagamento em sentido estrito (haveres monetários do público).

Meios de pagamento em sentido amplo.



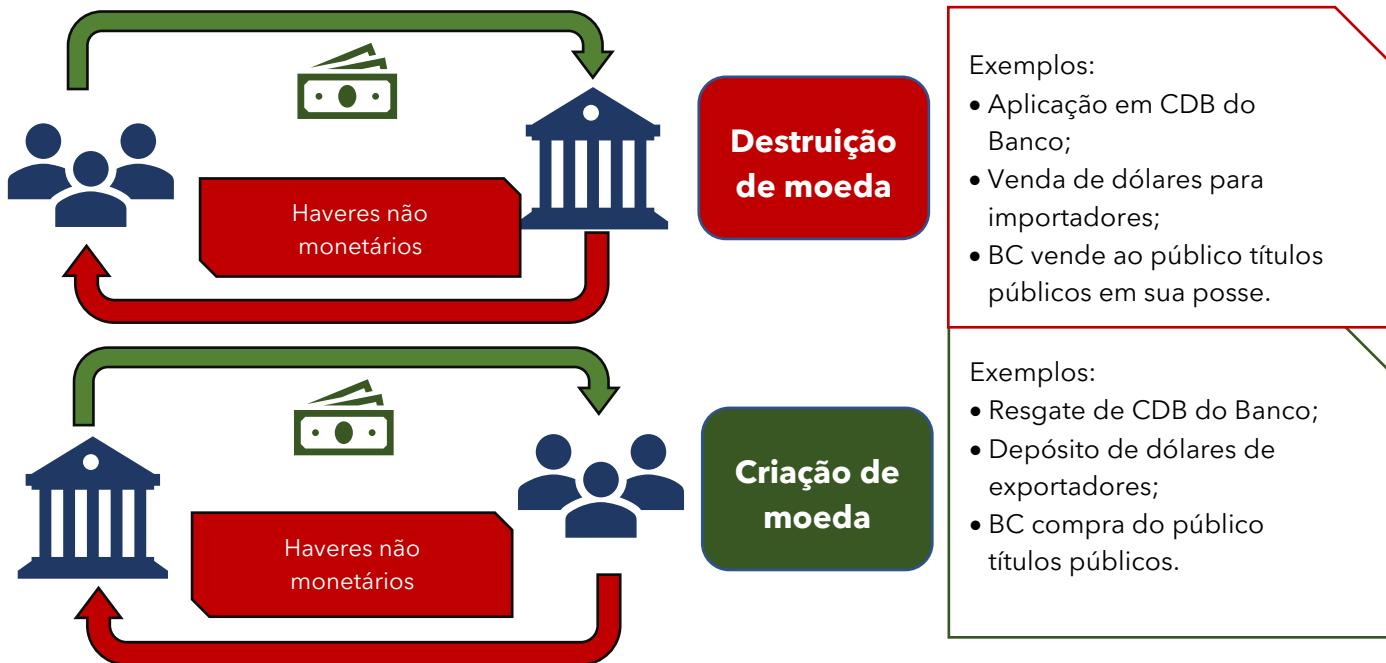
A classificação dos agregados é feita conforme o emissor. Em geral, o agregado M1 é o que tem maior liquidez.

### Criação e destruição de moeda

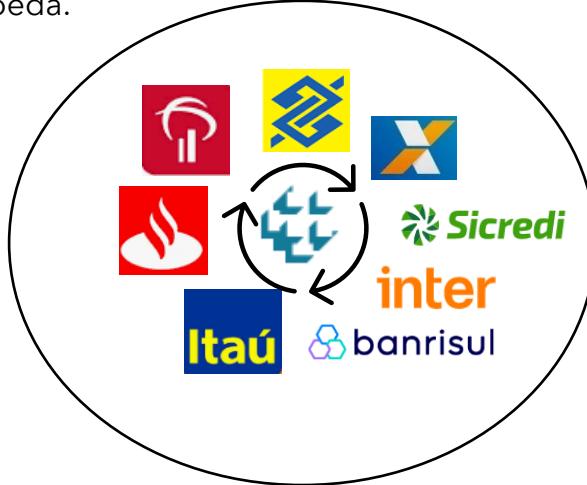
Dizem respeito ao aumento e à diminuição do agregado M1. A criação e a destruição de moeda ocorrem de acordo com as transações entre o **sistema bancário** e o **público**:



- Instituições financeiras que recebem **depósitos à vista**
  - Banco Central
- 
- Público em geral
  - Empresas não financeiras
  - Instituições financeiras que **não recebem depósitos à vista**



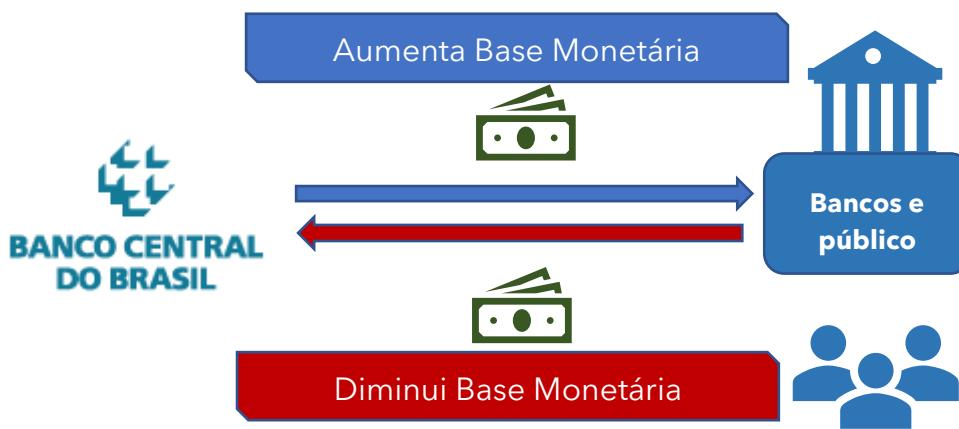
As transações **entre as instituições bancárias e o Banco Central são neutras**, pois não criam nem destroem moeda.



Base Monetária = Moeda em poder do público + Moeda nos bancos comerciais

*Obs.: Veja essa relação como um conceito, não como uma fórmula.*

A alteração da Base Monetária, por sua vez, ocorre quando um dos lados da transação é o Banco Central:



A Política Monetária é:

- Expansionista quando aumenta a Base Monetária.
- Contracionista quando reduz a Base Monetária.

Alguns exemplos de impacto do BC na Base Monetária:

- Títulos públicos
  - $\uparrow$  BM - Compra de títulos públicos
    - BC entrega moeda em troca do título.



- BM - Venda de títulos públicos
  - BC entrega o título em troca de moeda que estava circulando.
- Reservas internacionais
  - BM - Aumento das reservas
    - BC entrega moeda nacional em troca de moeda estrangeira.
  - BM - Diminuição das reservas
    - BC entrega moeda estrangeira em troca de moeda nacional.
- Reservas bancárias
  - BM - Redução das reservas.
    - Moeda que estava no BC passa a circular na economia.
  - BM - Aumento das reservas.
    - Moeda que estava circulando na economia passa a ser depositada no BC.

## Criação de moeda pelos bancos comerciais

Os bancos comerciais têm capacidade de criar moeda. Isso ocorre, basicamente, pela seguinte relação:



Esse processo de depósito e concessão de crédito é uma forma de os bancos multiplicarem a quantidade de moeda em circulação na economia, processo este que se chama **multiplicador monetário**.

Você pode imaginar que se isso ocorrer de forma descontrolada haverá uma grande expansão da base monetária e, consequentemente, um intenso processo inflacionário. Para controlar isso, há a exigência de que os bancos mantenham reservas no Banco Central, de forma a limitar sua capacidade de expandir a oferta monetária.



## **Instrumentos de Política Monetária**

### **Convencionais**

#### **Redesconto**

O redesconto é uma linha de crédito que o Banco Central concede aos bancos para fins de suprimento de sua liquidez. A taxa de redesconto, por sua vez, corresponde aos juros cobrados pelo Banco Central por essas operações.

Quanto maior a taxa de juros cobrada por essas operações de redesconto, menor será o incentivo para que os bancos tomem essa linha de crédito e, portanto, menor o incentivo para que captem recursos e expandam a oferta monetária. Consequentemente:

- Aumento na **taxa de redesconto** - política monetária contracionista.
- Diminuição na **taxa de redesconto** - política monetária expansionista.

Se a questão falar apenas em **redesconto**, ela estará se referindo à operação propriamente dita. Como taxas de redesconto maiores induzem a menos operações de redesconto e vice-versa, a relação será inversa:

- Aumento no **redesconto** - política monetária expansionista.
- Diminuição no **redesconto** - política monetária contracionista.

Na prática, não é muito usado como instrumento de política monetária, pois sua eficiência depende muito da reação dos bancos às mudanças.

#### **Depósitos Compulsórios**

São depósitos que os bancos obrigatoriamente devem fazer no Banco Central, a fim de conter a expansão monetária. A taxa a ser cobrada varia, conforme alíquotas e metodologias estipuladas pelo BC.

Quando o BC quer:

- Aumentar a oferta monetária, ele reduz a exigência de depósitos compulsórios.
- Diminuir a oferta monetária, ele aumenta a exigência de depósitos compulsórios.

É mais eficiente para contrair a oferta monetária, pois para expandir depende ainda da intenção dos bancos em aumentar a oferta de crédito e dos seus respectivos níveis de risco e de liquidez.



## Operações de Mercado Aberto (open market)

Trata-se do instrumento de política monetária mais utilizado, pelo qual o Banco Central compra e vende títulos públicos que estão em negociação no mercado.

- Quando quer **aumentar a oferta monetária, ele compra títulos no mercado**, de forma que o dinheiro entra na economia e os títulos saem.
- Quando quer **diminuir a oferta monetária, ele vende os títulos ao mercado**, de forma que o dinheiro sai do mercado e vai para o Banco Central.

Observe que o que ocorre é a troca de dinheiro por títulos, quando o Bacen quer expandir a oferta monetária, ele coloca dinheiro no mercado (comprando os títulos), quando quer diminuir, ele recebe o dinheiro que está circulando no mercado em troca dos títulos que vende.

Lembre-se que o Bacen é proibido de emitir títulos e de comprar os títulos do Tesouro Nacional na data da sua emissão (salvo quando for refinanciamento da dívida), portanto, essas operações de mercado aberto ocorrem no mercado secundário.

## Taxa Selic e operações compromissadas

### Selic

- Selic é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia, infraestrutura do mercado financeiro administrada pelo Banco Central em que são custodiados e transacionados os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.
- Trata-se da taxa básica de juros da economia, sendo o principal instrumento de política monetária utilizado pelo BC para controle da inflação.
- A taxa Selic é a média das taxas de juros praticadas nas operações compromissadas com prazo de um dia útil com lastro em títulos públicos federais registrados no Selic.
  - A meta para a taxa é definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom).
  - O BC opera no mercado aberto para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a definida no Copom.
- Participam do Selic:
  - Banco Central e Tesouro Nacional;
  - Bancos, caixa econômica, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
  - Demais instituições financeiras;



- Câmaras, órgãos reguladores e administradores de plataformas de negociação, a critério do Demab (Departamento de Mercado Aberto, que é o setor do BC responsável pela Selic).

## Operações compromissadas

- Operações compromissadas são compras e vendas de títulos com a assunção do compromisso de revenda pelo comprador ou do compromisso de recompra pelo vendedor.
- Nas operações compromissadas no Selic, ao menos uma das partes deverá ser bancos, caixa econômica, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários ou sociedade de crédito, financiamento e investimento.
- A taxa é apurada diariamente e anualizada, considerando uma base anual de 252 dias úteis.
- Os bancos possuem Reservas Bancárias depositadas no Banco Central. Se essas reservas estiverem acima do valor ideal, os bancos costumam comprar títulos com essas reservas, em operações de curto prazo, com compromisso de revenda, rentabilizando os recursos por esse período. Na contraparte, outra instituição, que esteja com falta de liquidez ou recursos na reserva, revende seus títulos à instituição com excesso, com o compromisso de recomprá-los.
- O Banco Central realiza operações compromissadas no mercado aberto, como instrumento de política monetária.



No prazo pactuado, há o compromisso de recompra e revenda pelas partes:



## Inflação

O índice oficial de inflação é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido pelo IBGE. No Brasil, desde 1999 adotamos um regime de metas de inflação, sendo um dos principais objetivos do Banco Central ao executar a política monetária assegurar o poder de compra da moeda, ou seja, evitar uma inflação fora de controle, como tivemos na década de 80.

Em resumo, o processo é da seguinte forma:

- O CMN determina as metas de inflação e um intervalo de tolerância.
- O Copom determina a Selic meta e o BC executa a política monetária para atingi-la.
- Caso a meta de inflação não seja cumprida, o Presidente do BC deve enviar carta aberta ao Ministro da Economia, explicando as razões do descumprimento, o prazo para retorno aos limites e o prazo no qual se espera que as providências surtam efeito.

Cabe destacar que o intervalo de tolerância da meta é tanto “para cima” como “para baixo”. Como as metas já foram cobradas em concurso anterior, acho importante conhecê-las:

Ano	Meta	Tolerância	Limite inferior	Limite superior
2022	3,50%	1,5%	2,00%	5,00%
2023	3,25%	1,5%	1,75%	4,75%
2024	3,00%	1,5%	1,50%	4,50%
2025	3,00%	1,5%	1,50%	4,50%

## Mecanismos de transmissão da política monetária

São os canais por meio dos quais as mudanças na taxa Selic afetam o comportamento de outras variáveis econômicas, como os preços e o produto.

A política monetária afeta os preços da economia por meio:

- Da decisão entre consumo e investimento das famílias e das empresas
  - Se as taxas de juros estiverem muito altas, compensa aplicar em renda fixa, pois terá um retorno maior com baixo risco. Se as taxas estiverem muito baixas, o benefício de postergar o consumo é menor, portanto, a tendência é o aumento do consumo.
  - Consequentemente, quando a inflação estiver em alta, é comum que a autoridade de monetária eleve a taxa de juros, pois isso diminui o consumo e contém o aumento dos preços.



- Da taxa de câmbio
  - Se a taxa de juros sobe, a moeda tende a se valorizar, pois aumenta a entrada de recursos estrangeiros no país, e vice-versa.
  - O efeito dessa redução na taxa de câmbio afeta a inflação de duas formas:
    - Diminui-se os preços dos produtos e insumos importados.
    - Se o real se valoriza, o preço dos produtos brasileiros fica mais caro no exterior, reduzindo as exportações e, em consequência, a demanda agregada, reduzindo o nível de preços.
- Do preço dos ativos
  - Um aumento na taxa de juros desestimula a atividade econômica, encarece o crédito e pode prejudicar o lucro das empresas, tendendo a diminuir o preço das ações e, consequentemente, a riqueza das famílias e o consumo.
  - Outro impacto bastante comum é que uma redução na taxa de juros tende a provocar o fluxo de recursos para ativos de maior risco, como as bolsas de valores, provocando um aumento no preço das ações.
    - Por exemplo, se a Selic está 14% ao ano, pode ser mais interessante deixar na renda fixa, pois se consegue um bom retorno com baixo risco. Se a Selic estiver em 2% ao ano, será necessário tomar mais risco para ter um melhor retorno na carteira, sendo comum que se migre parte dos investimentos para a bolsa.
- Do crédito
  - Ao aumentar a taxa de juros, o crédito fica mais caro, sendo desestimulado, consequentemente, há uma retração no consumo e uma contenção na inflação.
- Das expectativas
  - As alterações nas taxas de juros e informações da autoridade monetária nas atas do Copom sinalizam os rumos da política monetária influenciam na expectativa dos consumidores, ofertantes e investidores, que adequam seu consumo e preços ao cenário, o que também influencia o nível de preços.

## **Políticas Monetárias Não-Convencionais - Quantitative Easing**

Há vários tipos de políticas monetárias não convencionais, mas aqui vamos focar naquela trazida pelo seu edital, o Quantitative Easing (QE).

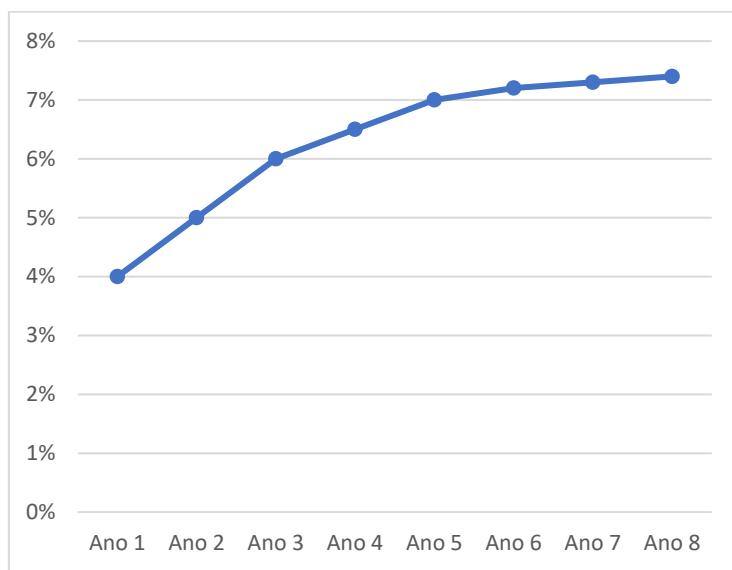


Até aqui estudamos os instrumentos de política monetária pensando na realidade do Brasil. Nesse tópico, vamos deixar de pensar com as regras brasileiras e trabalhar o conceito em si, pois é isso que deve ser cobrado em sua prova, além do fato de o QE ter destaque por sua aplicação principalmente nos EUA, Zona do Euro e Japão.

Quantitative easing, em tradução livre, significa algo como "afrouxamento monetário". Pelo nome, você já pode entender que se trata de uma política monetária expansionista.

Antes, pense comigo, o que é mais arriscado, você me emprestar um dinheiro para eu te devolver daqui 1 ano ou daqui 10 anos? Naturalmente, 10 anos é mais arriscado. Por isso, os títulos de longo prazo pagam taxas de juros maiores do que os de curto prazo. Se você investe em renda fixa, provavelmente já observou essa diferença nos diversos vencimentos quando foi comprar títulos públicos, de crédito privado ou de emissão bancária.

As curvas de juros costumam ter um formato mais ou menos assim:



Quando o Banco Central realiza as operações de mercado aberto, ele atua sobre as taxas de curto prazo. As taxas de longo prazo, por sua vez, ainda que sejam influenciadas pelas taxas de curto prazo, também sofrem influência de diversos outros fatores.

Consequentemente, há o risco de que a atuação do Banco Central exerça poucos efeitos sobre as taxas de longo prazo. Por exemplo, em uma situação em que a taxa de juros de curto prazo já esteja próxima a 0%, a sua redução para estimular a economia perde efeito, podendo acontecer de as taxas de longo prazo continuarem altas. Observe, inclusive, que as regiões que citamos acima (EUA, Europa e Japão) têm taxas básicas de juros próximas a 0%.

Nesse contexto, uma alternativa que se coloca é o **Quantitative Easing (QE)**, no qual o Banco Central adquire títulos **públicos ou privados** de **longo prazo** no mercado aberto para aumentar a oferta monetária.



- Ao contrário das operações de mercado aberto convencionais, o objetivo não é atuar sobre a taxa de juros, mas sim injetar dinheiro na economia para incentivar a concessão de crédito.

Alguns efeitos do QE sobre a economia:

- Com maior dinheiro disponível, aumenta a concessão de crédito, estimulando o consumo e ajudando a conter crises.
- Devido à grande demanda do Banco Central sobre os títulos, seu preço aumenta, consequentemente, as taxas de juros diminuem.
- Como aumenta a oferta de liquidez, pode causar inflação.
- Desvaloriza a moeda local, em vista da maior oferta, consequentemente, beneficia os exportadores, pois seus preços se tornam mais competitivos no mercado internacional.

## **Orçamento Público**

O tema orçamento público é bastante amplo, sendo isoladamente uma matéria extensa para outros concursos bastante disputados. Para nosso concurso, observa-se que a banca deseja a parte mais relacionada aos aspectos fiscais.

Até aqui estudamos a política monetária. No caso do orçamento público, estamos tratando da política fiscal, a qual trata da gestão das receitas e das despesas do Estado.

No Brasil, temos 3 peças orçamentárias:

- **Plano Plurianual (PPA)** - tem duração de 4 anos, iniciando no segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo (o atual é de 2020 - 2023), e estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital aos programas de duração continuada.
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** - compreende as metas e prioridades da administração pública, estabelece as diretrizes da política fiscal e as respectivas metas e orienta a elaboração da LOA.
- **Lei Orçamentária Anual (LOA)** - é o orçamento propriamente dito, sendo a lei que estima as receitas e prevê as despesas.

Da mesma forma que na política monetária, a política fiscal pode ser expansionista ou contracionista:

- Política fiscal expansionista - aumenta gastos ou reduz tributação.
- Política fiscal contracionista - diminui gastos ou aumenta tributação.



De forma semelhante à política monetária, uma política fiscal expansionista aumenta a demanda agregada, mas também aumenta a inflação, ocorrendo o inverso na política fiscal contracionista.

As despesas públicas são divididas em duas categorias econômicas:

- **Despesas correntes** - as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
  - Provocam redução no patrimônio líquido, por isso, são chamadas de despesas efetivas.
  - Ex.: folha de pagamento, despesas administrativas, pagamento de juros da dívida.
- **Despesas de capital** - são as que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
  - Não alteram o patrimônio líquido, por isso, são chamadas de despesas não efetivas.
    - Por exemplo, ao mesmo tempo que há uma saída de caixa para comprar um veículo, há a entrada do veículo no patrimônio, portanto, esse fica inalterado.
  - Ex.: construção de um imóvel, aquisição de veículos, amortização da dívida.

As receitas também são divididas entre receitas correntes e de capital e seguem a mesma lógica.

- Por exemplo, a arrecadação de tributos é receita corrente, ao passo que a receita obtida pela emissão de títulos da dívida pública é uma receita de capital.
- Novamente, observe que a receita corrente é efetiva, ao passo que a receita de capital é não efetiva (essa é a regra, mas há exceções, como as transferências de capital, que são receitas ou despesas de capital efetivas).

Da execução orçamentária, podemos ter como resultado o superávit ou o déficit. Os resultados dividem-se nas seguintes categorias:

- **Resultado primário** - considera apenas as receitas e as despesas não financeiras. O recebimento e o pagamento de juros não entram na conta.
- **Resultado nominal** - inclui todas as receitas e despesas, inclusive com juros, sem corrigir pela inflação.



- **Resultado operacional** - deduz do resultado os efeitos da inflação no pagamento dos juros, ou seja, considera apenas os juros reais da dívida.

### **Resultado Nominal = Resultado Primário +/- Juros**

*Resultado operacional -> desconsidera o efeito da inflação sobre os juros.*

Há duas metodologias para se calcular o resultado fiscal:

**Acima da Linha** -> Calcula o resultado a partir da comparação entre as **receitas** e as **despesas**.

**Abaixo da Linha** -> Calcula o resultado a partir da **variação da dívida líquida**.

As medidas de resultado acima citadas são calculadas por meio da metodologia "acima da linha".

Para calcular a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), o Banco Central do Brasil utiliza o método "abaixo da linha".

Em relação à dívida pública, os conceitos mais utilizados nas estatísticas fiscais são:

- **Dívida Bruta do Governo Geral (DBG)** - abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo.
  - Inclui as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central com títulos públicos.
  - Os débitos de responsabilidade das empresas estatais das três esferas de governo não são abrangidos pelo conceito.
- **Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)** - abrange a dívida do setor público não-financeiro mais o Banco Central.



- Consiste no balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central.
- Considera como setor público não financeiro as administrações diretas federal, estaduais e municipais, as administrações indiretas, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não-financeiras federais, estaduais e municipais, exceto as empresas do Grupo Petrobras e do Grupo Eletrobras (salvo a Itaipu Binacional, que é incluída).

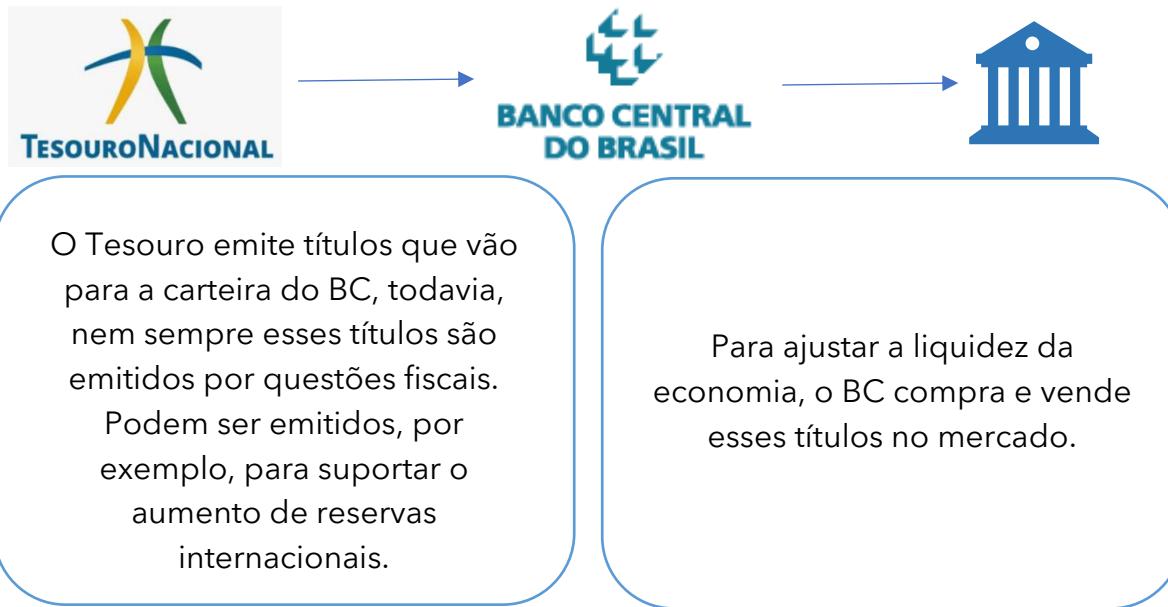
### **Debate sobre os depósitos remunerados no Banco Central do Brasil**

Como vimos acima, as instituições financeiras devem manter uma parte dos seus recursos depositados no Banco Central, os quais dizem respeito aos depósitos compulsórios. O debate a que o edital se refere diz respeito aos depósitos remunerados voluntários, ou seja, aqueles que os bancos mantêm depositados no Banco Central por sua própria vontade.

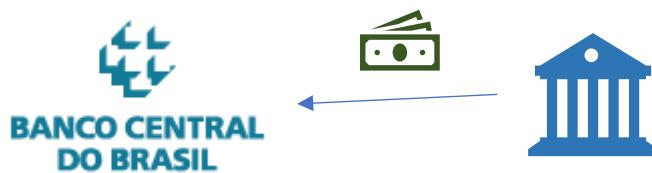
Em 2020 o tema virou projeto de Lei no Senado, e dia 14/07/2021 foi promulgada a Lei 14.185, que permite a realização desses depósitos. A lei em si não deve ser cobrada em sua prova, todavia, como o edital trata do “debate”, é importante entender a lógica do que levou à sua aprovação.

- O Banco Central é proibido pela LRF de emitir títulos, portanto, sua principal atuação na execução da política monetária se dá no mercado aberto com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.
- Todavia, os títulos emitidos pelo Tesouro fazem parte da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), de forma que parte representativa desta é composta por títulos do Tesouro presentes na carteira do Banco Central, os quais estão voltados à gestão da liquidez na economia, sem relação direta com a questão fiscal, tendo em vista que parte significativa dos títulos foi emitida para esterilizar a expansão monetária requerida para a expansão das reservas internacionais, e não para cobrir déficits fiscais.
- Nesse sentido, a possibilidade de permitir às instituições financeiras realizar depósitos voluntários no BC confere a este mais um instrumento eficaz de executar a política monetária.
- Como esses depósitos realizados no BC não fazem parte da DBGG, esta seria menos impactada pela política monetária, havendo potencial para a sua redução com a diminuição do estoque de títulos do Tesouro presentes na carteira do Banco Central.
- As estatísticas de endividamento brasileiras ficaram mais próximas às de outros países, nos quais os níveis de endividamento têm menor impacto de títulos relacionados ao controle de liquidez.





Com o recebimento de reservas remuneradas voluntárias:



Como instrumento de política monetária, o BC ajusta a taxa de juros da remuneração dos depósitos, podendo as instituições financeiras e de pagamentos realizarem os depósitos diretamente no BC, de forma que o ajuste da liquidez na economia não causa impactos no nível de endividamento público.

Cabe reforçar que esses depósitos remunerados não vêm para substituir as operações de mercado aberto com os títulos do Tesouro Nacional, mas apenas para ser um instrumento adicional de execução da política monetária.



## APOSTA ESTRATÉGICA

Acredito que se você entender a essência das operações de mercado aberto, você terá mais facilidade em responder questões sobre política monetária que venham a ser cobradas em sua prova. Segue um esquema para facilitar:



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



### 1. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escriturário)

Com evidências do enorme descolamento entre as taxas de juros de curto e de longo prazo no Brasil, o texto abaixo reproduz matéria jornalística, publicada no início de agosto de 2020, dando conta da enorme incerteza futura associada aos impactos adversos decorrentes da crise pandêmica da Covid-19 sobre a economia brasileira.

Os juros futuros encerraram os negócios desta segunda-feira em alta firme, afetados por um movimento de maior incorporação de prêmio de risco ao longo da curva a termo, especialmente nos trechos mais longos (com vencimento no longo prazo). No fim da sessão regular, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2021 passava de 1,87% no ajuste anterior para 1,88%; a do DI para janeiro de 2022 ia de 2,65% para 2,67%; a do contrato para janeiro de 2023 subia de 3,76% para 3,79%; a do DI para janeiro de 2025 escalava de 5,40% para 5,47%; e a do contrato para janeiro de 2027 saltava de 6,35% para 6,43%.

*REZENDE, V. Risco fiscal leva a alta das taxas de juros futuros e curva tem maior inclinação desde fim de junho. Valor Econômico, 10/08/2020. Acesso em: 7 fev. 2021.*

*Adaptado.*

Para minorar os impactos da crise, a Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, conhecida como o “Orçamento de Guerra”, instituiu uma diversidade de medidas nos âmbitos fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional, decorrente da pandemia da Covid-19. Dentre as medidas aprovadas, o Banco Central do Brasil ficou autorizado, temporariamente, a operar com instrumentos de política monetária considerados não convencionais. A medida de política monetária não convencional, por parte do Banco Central do Brasil, que poderia ter estimulado a redução das taxas de juros de longo prazo no ano passado é a

- a) compra de títulos públicos e privados no mercado secundário
- b) redução da taxa de juros básica de curto prazo (Selic)
- c) venda de títulos mediante operações compromissadas
- d) venda de títulos públicos e privados no mercado secundário
- e) redução do percentual dos depósitos compulsórios



## **Comentários:**

Antes de ver a Emenda Constitucional, vamos analisar os itens. As alternativas B, C e E trazem instrumentos de política monetária convencionais, que já eram amplamente utilizados pelo Banco Central, portanto, não podem ser o gabarito. Ficamos entre os itens A e D.

Como estudamos na aula sobre política monetária, caso o Banco Central deseje reduzir as taxas de juros, o que ele deve fazer? Colocar mais dinheiro no mercado! Portanto, a alternativa adequada para reduzir a taxa de juros de longo prazo seria comprar títulos públicos e privados no mercado secundário, conforme afirma a alternativa A.

Para complementar, vejamos o que diz a Emenda Constitucional nº 106/2020:

Art. 7º O **Banco Central do Brasil**, limitado ao enfrentamento da calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, e com vigência e efeitos restritos ao período de sua duração, **fica autorizado a comprar e a vender**:

I - **títulos de emissão do Tesouro Nacional, nos mercados secundários local e internacional**; e

II - os **ativos, em mercados secundários nacionais no âmbito de mercados financeiros, de capitais e de pagamentos**, desde que, no momento da compra, tenham classificação em categoria de risco de crédito no mercado local equivalente a BB- ou superior, conferida por pelo menos 1 (uma) das 3 (três) maiores agências internacionais de classificação de risco, e preço de referência publicado por entidade do mercado financeiro acreditada pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º Respeitadas as condições previstas no inciso II do caput deste artigo, será dada preferência à aquisição de títulos emitidos por microempresas e por pequenas e médias empresas.

§ 2º O Banco Central do Brasil fará publicar diariamente as operações realizadas, de forma individualizada, com todas as respectivas informações, inclusive as condições financeiras e econômicas das operações, como taxas de juros pactuadas, valores envolvidos e prazos.

§ 3º O Presidente do Banco Central do Brasil prestará contas ao Congresso Nacional, a cada 30 (trinta) dias, do conjunto das operações previstas neste artigo, sem prejuízo do previsto no § 2º deste artigo.

§ 4º A alienação de ativos adquiridos pelo Banco Central do Brasil, na forma deste artigo, poderá dar-se em data posterior à vigência do estado de calamidade pública nacional de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, se assim justificar o interesse público.

## **Gabarito: A**

### **2. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escriturário)**

A pandemia do coronavírus, declarada em março de 2020, alterou significativamente as relações sociais e econômicas ao redor do globo. Em resposta, autoridades mundiais atuaram tempestivamente, recorrendo a instrumentos monetários para dinamizar a



economia, associando estímulo monetário com controle inflacionário. Com essa finalidade, no Brasil, em agosto de 2020, o Banco Central do Brasil (Bacen) anunciou a utilização de um instrumento denominado

- a) Teto dos gastos
- b) Isenção tributária
- c) Dominância fiscal
- d) Forward guidance
- e) Quantitative easing

#### **Comentários:**

A partir de agosto de 2020 o que o Banco Central do Brasil começou a utilizar foi o “forward guidance”, que poderia ser traduzido como “prescrição futura”. Trata-se de um mecanismo de política monetária no qual o Banco Central já sinaliza o curso futuro da política monetária, a fim de influenciar as decisões dos agentes econômicos.

Entre os principais objetivos está a estabilização da economia, trazendo maior previsibilidade aos agentes e reduzindo a volatilidade das taxas de juros.

#### **Gabarito: D**

---

### **3. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escriturário)**

Considere o seguinte trecho de reportagem publicada no jornal Valor Econômico, em 3 de novembro de 2020:

O plenário do Senado aprovou, agora há pouco, um projeto que possibilita ao Banco Central substituir as operações compromissadas pelo depósito voluntário remunerado das instituições financeiras. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados.

TRUFFI, R.; LIMA, V. Senado aprova projeto que permite ao BC usar depósitos voluntários.  
Valor Econômico, 3/11/2020. Acesso em: 27 jan. 2021.

O principal argumento em defesa da adoção de depósitos das instituições financeiras, remunerados pelo Banco Central do Brasil (BCB), é que esse mecanismo adicional de política monetária

- a) estimularia a redução das taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais.
- b) teria efeito nulo sobre o crescimento da dívida bruta do Tesouro Nacional.
- c) teria efeito nulo sobre as despesas financeiras do BCB.
- d) teria impacto financeiro idêntico ao das operações compromissadas.
- e) fomentaria o sistema de crédito bancário



## **Comentários:**

Comentamos sobre esse tema em nosso roteiro de revisão. Os que argumentavam a favor da adição dos depósitos remunerados das instituições financeiras alegavam que os títulos emitidos pelo Tesouro fazem parte da Dívida Bruta do Governo Geral, consequentemente, títulos que foram emitidos para cobrir a expansão das reservas internacionais expandiram essa dívida por motivos não relacionados a efeitos fiscais.

Havendo a possibilidade de receber esses depósitos remunerados, esse instrumento de política monetária permitiria regular a liquidez da economia sem provocar efeitos na dívida bruta do Tesouro Nacional, tal qual afirma a alternativa B.

## **Gabarito: B**

---

### **4. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escriturário)**

Um dos fatos mais comemorados pelos analistas econômicos no Brasil foi a queda histórica das taxas de juros básicas de curto prazo (Selic), ocorrida nos últimos três anos. Entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2021, a Selic havia recuado de 6,75% a.a. para 2,00% a.a. Considerando-se o arcabouço da política monetária vigente no Brasil, baseado no regime de metas para a inflação, os dois fatores que permitiram tamanha queda dos juros básicos no Brasil no período foram a

- a) redução da dívida bruta do setor público como proporção do PIB e a prolongada recessão ocorrida no período.
- b) queda dos preços das commodities e o menor impacto da desvalorização do real sobre os preços internos.
- c) eficácia dos controles de preços e a melhora das condições externas.
- d) ancoragem das expectativas de inflação e o elevado nível médio de capacidade ociosa registrado na economia brasileira no período.
- e) queda dos preços dos alimentos e a redução dos spreads bancários.

## **Comentários:**

Vamos analisar os itens:

A - Errado. Não houve redução da dívida bruta em relação ao PIB no período. Em fevereiro de 2018 a DBGG era de 74,52% do PIB e em janeiro de 2021 89,08%. Além disso, a recessão é desfavorável à queda nos juros, pois é um fator que pressiona o risco do país.

B - Errado. Nesse período, houve alta nos preços da maioria das commodities. Além disso, a desvalorização do real teve forte impacto sobre os preços internos, como custo da construção, gasolina e preço de automóveis, por exemplo.

C - Errado. Janeiro de 2021 estávamos em momento gravíssimo da pandemia em todo o mundo. As condições externas não eram melhores do que as de fevereiro de 2018.



D - Certo. As taxas de juros estão muito relacionadas à inflação. Em geral, há um *trade-off*. Quando o BC diminui a taxa de juros ele tem a intenção de estimular a atividade econômica, aceitando um aumento de inflação. Quando o BC aumenta a taxa de juros ele tenta conter a inflação, aceitando uma diminuição da atividade econômica.

Nesse período citado, a inflação esteve sob controle, havendo uma expectativa de que não se aceleraria, o que permitiu que o BC reduzisse as taxas de juros sem efeitos inflacionários que excedessem as metas definidas. Ao mesmo tempo, vivíamos um período de grande capacidade ociosa, marcada, por exemplo, por alto índice de desemprego. Desse modo, foi possível reduzir a taxa de juros sem efeitos inflacionários.

E - Errada. Não houve queda nos preços dos alimentos no período citado.

## Gabarito: D

### 5. (Cesgranrio/2015/Banco do Brasil/Escrivário)

O Banco Central do Brasil tem por objetivo zelar pela liquidez da economia. A liquidez é um atributo de um ativo que deve, em maior ou menor grau, conservar valor ao longo do tempo e ser capaz de liquidar dívidas.

Sendo a moeda um ativo líquido, o Banco Central do Brasil interfere na liquidez da economia quando

- a) as reservas monetárias estão baixas.
- b) os empréstimos excedem as reservas bancárias.
- c) a inflação está acima do esperado.
- d) o balanço comercial está equilibrado.
- e) os empréstimos excedem os depósitos à vista.

## Comentários

A alternativa correta é a letra C, pois um dos objetivos do Banco Central ao interferir na liquidez da economia é controlar a inflação. Vamos supor que a inflação está em um patamar muito alto, neste caso, o Bacen pode, por exemplo, efetuar operações de mercado aberto vendendo títulos para retirar uma parte da moeda que está em circulação na economia e, dessa forma, conter a aceleração dos preços.

As demais alternativas não têm relação com a atuação do Bacen para controlar a inflação e a liquidez da economia.

## Gabarito: C



## 6. (Cesgranrio/2018/Banco do Brasil/Escriturário)

No final de março de 2018, as autoridades monetárias brasileiras anunciaram que as alíquotas dos depósitos compulsórios incidentes sobre depósitos à vista seriam reduzidas de 40% para 25%. Tendo em vista a dinâmica do mercado financeiro, essa medida objetiva, principalmente,

- a) reduzir o nível de inadimplência observado no sistema bancário brasileiro.
- b) aumentar a regulação do sistema bancário brasileiro.
- c) estimular os encaixes voluntários do sistema bancário brasileiro.
- d) aumentar a oferta de crédito para empresas e consumidores no Brasil.
- e) igualar as taxas de juros médias cobradas pelos bancos às taxas de juros básicas determinadas pelo Banco Central do Brasil.

### Comentários

Os depósitos compulsórios são valores que os bancos devem manter depositados no Banco Central. Quando a sua alíquota diminui, a diferença de valores estará disponível para os bancos, o que causa uma expansão monetária, através do aumento da oferta de crédito. Portanto, a alternativa correta é a letra D, pois a redução da alíquota do compulsório é uma medida que estimula a concessão de crédito.

### Gabarito: D

## 7. (Cesgranrio/2015/ Banco do Brasil/Escriturário)

A autonomia operacional do Banco Central (BC) tem sido um tema de debate entre os economistas. Nesse sentido, muitos analistas consideram que a condução da política monetária, atribuição do BC, pode eventualmente sofrer interferência de instâncias superiores do governo, em especial, no estabelecimento da meta inflacionária.

Tal conclusão deriva do fato de que o estabelecimento dessa meta é atribuição

- a) unicamente do presidente do BC, que pode sofrer pressões para estimular uma meta mais elevada.
- b) do Conselho Monetário Nacional (CMN), formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do BC.
- c) da equipe econômica definida pelo presidente da República, que anualmente se reúne para fixar a meta inflacionária, e o BC que deve persegui-la através da política de juros.
- d) do presidente do BC e dos bancos públicos, dentre eles o Banco do Brasil, que definem as taxas de inflação para um prazo de dois anos.
- e) do Comitê de Política Monetária (Copom), que define a meta inflacionária anualmente e a meta da taxa de juros a ser alcançada para que a taxa de inflação converja para sua meta.

### Comentários



A questão é de 2015. Hoje a composição do CMN mudou um pouco (Ministro da Economia, Secretário Especial da Fazenda e Presidente do BC) e a Lei Complementar nº 179/2021 já conferiu autonomia ao Banco Central.

Todavia, não adaptei a questão pois o importante dela é você saber que é o CMN quem tem a atribuição de definir a meta da inflação. Portanto, a alternativa correta é a letra B.

### Gabarito: B

#### 8. (Cesgranrio/2018/Basa/Técnico TI - adaptada)

Por meio da Resolução nº 4.724, de 27/06/2019, o BCB fixou a meta para a inflação, bem como seu intervalo de tolerância para o ano de 2022. Para o ano de 2022, a meta para a inflação é

- a) de 3,25%, e para 2023, a meta é de 4,25%.
- b) de 3,50%, e para 2023, a meta é de 3,25%.
- c) de 3,75%, e para 2023, a meta é de 3,5%.
- d) de 4,00%, e para 2023, a meta é de 4,00%.
- e) de 4,25%, e para 2023, a meta é de 4,00%.

### Comentários

A questão era de 2018 e pedia as metas para 2019 e 2020. Como estamos em 2022, adaptei o enunciado para as metas de 2022 e 2023, as quais são:

Ano	Meta	Tolerância	Limite inferior	Limite superior
2021	3,75%	1,5%	2,25%	5,25%
<b>2022</b>	<b>3,50%</b>	<b>1,5%</b>	<b>2,00%</b>	<b>5,00%</b>
<b>2023</b>	<b>3,25%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,75%</b>	<b>4,75%</b>
2024	3,00%	1,5%	1,50%	4,50%

Lembre-se que ela vai é 3,75% neste ano e vai reduzindo 0,25% ao ano até 2024, sempre com um intervalo de tolerância de 1,5% para cima ou para baixo.

### Gabarito: B

#### 9. (Cesgranrio/2018/Banco do Brasil/Escriturário)

Os agentes econômicos bem informados, sejam empresas ou consumidores, estão sempre atentos às decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, com respeito à fixação da taxa de juros básica de curto prazo (a taxa Selic), porque esta influencia as demais taxas de juros da economia como um todo. De agosto de 2016 a março de 2018, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% a.a. para 6,50% a.a., o que,



descontada a inflação anual, significou maior convergência entre as taxas de juros reais brasileiras e internacionais.

Tendo em vista a determinação das taxas de juros básicas de curto prazo num país que adota um regime de metas de inflação, como o Brasil, os dois fatores que justificam a contínua e significativa redução da taxa Selic no país, desde agosto de 2016, foram a(o)

- a) queda da inflação ao consumidor (IPCA) e o baixo nível de desemprego no Brasil.
- b) enorme volatilidade do Ibovespa e o ambiente de incerteza nos mercados globais.
- c) rápida recuperação em curso da economia brasileira e o cenário econômico externo favorável.
- d) significativo crescimento econômico doméstico e a recuperação dos preços das commodities exportadas pelo Brasil.
- e) convergência das expectativas de inflação para as metas de inflação anuais e os níveis elevados de capacidade ociosa da economia brasileira.

## Comentários

Questão interessante, pois trata tanto da lógica da política monetária quanto do cenário econômico nacional. Vamos analisar as alternativas:

A - Errada. Ao contrário, lembre-se que em 2015 uma crise econômica, em que a inflação chegou a passar de 10% ao ano, depois reduziu, o nível de desemprego estava altíssimo (e continua alto).

B - Errada. A variação do Ibovespa normalmente é consequência das alterações da Selic, e não a causa. Entre 2016 e 2018 o Ibovespa teve forte valorização, estava na casa dos 46 mil pontos no início de 2016 e em dezembro de 2018 beirava 90 mil pontos. Hoje (início de agosto de 2021) está um pouco acima de 120 mil.

C e D - Erradas. A recuperação econômica do Brasil não foi e continua não sendo rápida nem significativa.

E - Certa. Como mesmo com a redução da taxa de juros a inflação convergia para o atingimento da meta, foi possível reduzir a taxa gradualmente. Um dos motivos é que havia capacidade ociosa da economia, de forma que o aumento da demanda provocado pela redução dos juros não gerou inflação.

## Gabarito: E

### 10.(Cesgranrio/2018/BASA/Técnico Bancário)

No Brasil, quando o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil fixa a meta anual para a taxa de juros básica de curto prazo da economia, tal meta é perseguida mediante compra e venda de títulos públicos por parte da autoridade monetária, cujo processamento é efetivado pelo (a)

- a) Sistema de Compensação Bancária



- b) Sistema Brasileiro de Pagamentos
- c) Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados
- d) Sistema Especial de Liquidação e Custódia
- e) Sistema Geral do Mercado Aberto

### Comentários

A alternativa correta é a letra D, pois Selic significa Sistema Especial de Liquidação e Custódia, sendo o local em que são custodiadas e processadas as transações com títulos públicos federais.

### Gabarito: D

---

#### 11.(Cesgranrio/2015/BASA/Técnico Bancário)

Qual é o sistema de registro e liquidação das operações com títulos públicos realizadas entre instituições financeiras?

- a) SND
- b) Selic
- c) Cetip
- d) Tesouro direto
- e) CBLC

### Comentários

Não importa que as operações sejam realizadas entre as instituições financeiras, o sistema para registro e operações com títulos públicos será a Selic. Portanto, a alternativa correta é a letra B.

### Gabarito: B

---

#### 12.(FCC/2019/Banrisul/Escriturário)

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, a atribuição da coordenação da Dívida Pública Federal externa e interna é

- a) do Banco Central do Brasil.
- b) do Ministério da Fazenda.
- c) da Secretaria do Tesouro Nacional.
- d) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- e) do Conselho Monetário Nacional.

### Comentários



Vimos esse tema lá na aula 00, mas já que tratamos da dívida pública nesta aula, não custa relembrar que entre as atribuições do CMN está a coordenação da Dívida Pública Federal externa e interna, portanto, a alternativa correta é a letra E.

Lei 4.595/64 - Art. 3º A política do **Conselho Monetário Nacional** objetivará:

VII - Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da **dívida pública, interna e externa**.

## Gabarito: E

### 13.(Cesgranrio/2015/Banco do Brasil/Escrutinário)

As previsões para o desempenho da economia brasileira neste ano e no próximo continuam se deteriorando. As cerca de cem instituições que consultadas para o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC), projetam uma queda maior para Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 [...]

Quanto à inflação, os analistas consultados pelo BC aguardam uma alta de 9,23% para o IPCA neste calendário, acima da taxa estimada antes, de 9,15%.

CAPRIOLI, G. Mercado vê inflação de 9,23% em 2015 e economia mais contraída. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4150608/mercado-ve-inflacao-de-923-em-2015-e-economia-mais-contraida>>. Acesso em: 10 ago. 2015. Adaptado.

Nesse contexto, representa uma medida efetiva que poderá ser adotada para conter a alta inflacionária:

- a) aumentar a taxa de juros básica da economia.
- b) reduzir drasticamente os principais impostos federais, estaduais e municipais.
- c) aumentar a emissão de papel moeda para honrar a folha de pagamento e os demais gastos do governo, visando a diminuir os depósitos à vista nos bancos.
- d) aumentar a produção de bens na indústria.
- e) aumentar o nível geral de preços da economia.

## Comentários

A única das alternativas que traz uma política para conter a inflação é a letra A. Quando a inflação está em alta, a elevação da taxa básica de juros ajuda a conter a demanda agregada, reduzindo a pressão inflacionária.

Todas as demais alternativas são medidas que buscam estimular a atividade econômica e, consequentemente, provocam inflação.

## Gabarito: A



#### 14.(FGV/2018/BANESTES/Analista)

O Comitê de Política Monetária (Copom) foi instituído em 1999 e tem por principais objetivos: i) estabelecer as diretrizes da política monetária; e ii) definir a meta da taxa de juros básicos no Brasil e seu eventual viés.

Para consecução do objetivo ii), dada a decisão do Copom, o Banco Central:

- a) emite títulos públicos;
- b) emite títulos do próprio Banco Central;
- c) realiza operações de mercado aberto;
- d) realiza o controle da dívida pública;
- e) controla as reservas internacionais do país.

#### Comentários

Questão ótima sobre a execução da política monetária por parte do Banco Central. O Copom realiza periodicamente reuniões que definem a taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia.

O mais importante aqui é que você entenda que a taxa Selic não é definida na base da "canetada", ou seja, ao definir que a taxa Selic é de 4,25% ao ano, o Copom está, na verdade, definindo que a meta da taxa Selic é de 4,25% ao ano. Isso significa que o Banco Central irá comprar e vender títulos públicos a fim de manter a taxa neste patamar. E o como se chamam essas operações de compra e venda realizadas pelo Banco Central? **Operações de mercado aberto.** Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Os erros das demais alternativas são que o Banco Central, atualmente, não emite títulos próprios, muito menos títulos públicos, que não estão entre suas atribuições institucionais o controle da dívida pública e que o controle realizado das reservas internacionais do país possui outros fins, que não são atingir a taxa de juros básica definida como meta pelo Copom.

#### Gabarito: C

#### 15.(FGV/2018/BANESTES/Analista)

Em 7 de fevereiro de 2018, o Copom reduziu a meta da taxa Selic para 6,75% ao ano. Em termos práticos, isso significa que a mesa de operações de mercado aberto do Banco Central deve atuar para que a Selic diária fique próxima dessa meta.

Se a Selic diária estiver em 7% num certo dia, a mesa de operações do Banco Central deve:

- a) comprar títulos públicos no mercado e mantê-los em sua carteira, até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- b) vender títulos públicos de sua carteira no mercado, até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- c) emitir títulos no mercado até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;



- d) imprimir mais papel-moeda;
- e) pleitear uma mudança no superávit primário.

### Comentários

Questão prática sobre as operações de mercado aberto realizadas pelo Banco Central para atingir a meta da taxa Selic. Vamos analisar as alternativas pelo final.

Alternativa E - o superávit primário está relacionado à política fiscal, não sendo atribuição do Bacen.

Alternativa D - a impressão de papel-moeda não pertence à mesa de operações do Banco Central, na prática, não pertence nem mesmo ao Banco Central, mas sim à Casa da Moeda, cabendo ao Bacen a emissão da moeda no mercado (colocação da circulação dela em mercado).

Alternativa C - o Bacen não emite títulos.

Para as alternativas A e B, devemos ter em mente que a taxa de juros está relacionada a uma questão de oferta e de demanda de moeda no mercado e utilizar a seguinte lógica:

Se o Bacen quer reduzir a taxa de juros, ele deve colocar mais moeda em circulação, de forma que a quantidade de moeda no mercado seja maior e, consequentemente, ela seja mais barata, assim sendo, ele compra títulos públicos no mercado.

Caso queira aumentar a taxa de juros, a lógica é inversa, o Bacen vende mais títulos, de forma que parte do dinheiro que está em circulação no mercado vai para o Bacen e, consequentemente, passa a ser menor a oferta monetária.

Portanto, para reduzir a taxa Selic, o Bacen deve comprar títulos no mercado, sendo a letra A a nossa alternativa correta.

### Gabarito: A

#### 16.(FGV/2018/BANESTES/Analista)

O mecanismo pelo qual a mesa de operações de mercado aberto do Banco Central persegue a meta da Selic definida pelo Copom é denominado “operações de mercado aberto”.

Se num certo dia a mesa de operações vendeu títulos públicos que estavam na carteira do Banco Central - uma típica operação de mercado aberto - o efeito na economia seria:

- a) uma contração na oferta de moeda e consequente diminuição da Selic diária;
- b) um aumento na oferta de moeda e consequente aumento da Selic diária;
- c) uma expansão da base monetária;
- d) uma contração na oferta de moeda e consequente aumento da Selic diária;
- e) um aumento na oferta de moeda e consequente diminuição da Selic diária.



## Comentários

Questão que segue o mesmo estilo da anterior. Se a mesa de operações do Bacen vendeu títulos públicos, então ela colocou títulos no mercado e recebeu dinheiro em troca, o que significa que houve uma contração da oferta monetária. Se a oferta monetária é reduzida, isso resulta no aumento da taxa Selic. Portanto, a alternativa correta é a letra D.

## Gabarito: D

---



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

- 1) **Quais são os agregados monetários? Qual deles corresponde aos meios de pagamento de maior liquidez?**
- 2) **A aplicação de um cliente na CDB de um banco é um exemplo de criação ou destruição de moeda?**
- 3) **Quando o Banco Central quer aumentar a base monetária ele deve comprar ou vender títulos públicos no mercado?**
- 4) **Quais os títulos que são custodiados e transacionados na Selic?**
- 5) **Caso um banco realize uma compra compromissada na Selic, o que isso significa?**
- 6) **Quais as metas de inflação para os anos de 2022 a 2025?**
- 7) **Qual o intervalo de tolerância da meta de inflação?**
- 8) **No Quantitative Easing, a autoridade monetária compra títulos de curto ou de longo prazo?**
- 9) **Qual a diferença entre o déficit primário, o déficit nominal e o déficit operacional?**
- 10) **Qual o principal argumento que levou à aprovação da lei que permite os depósitos voluntários remunerados no Banco Central?**



## Perguntas com respostas

- 1) Quais são os agregados monetários? Qual deles corresponde aos meios de pagamento de maior liquidez?**

Os agregados dividem-se em M1, M2, M3 e M4, sendo o M1 o agregado monetário com maior liquidez.

- 2) A aplicação de um cliente na CDB de um banco é um exemplo de criação ou destruição de moeda?**

A criação e a destruição de moeda ocorrem quando há transações entre o sistema bancário e o público. Quando um cliente aplica em uma CDB, os recursos são enviados do público para o sistema bancário, portanto, há destruição de moeda.

- 3) Quando o Banco Central quer aumentar a base monetária ele deve comprar ou vender títulos públicos no mercado?**

Se quer aumentar a base monetária, o BC deve comprar títulos públicos no mercado, pois, dessa forma, ele envia dinheiro para o mercado em troca dos títulos.

- 4) Quais os títulos que são custodiados e transacionados na Selic?**

Os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

- 5) Caso um banco realize uma compra compromissada na Selic, o que isso significa?**

Que ele realizou a compra com o compromisso de revenda dentro de um período determinado.

- 6) Quais as metas de inflação para os anos de 2022 a 2025?**

2022 - 3,50%

2023 - 3,25%

2024 - 3,00%

2025 - 3,00%

- 7) Qual o intervalo de tolerância da meta de inflação?**

1,5% para cima ou para baixo.

- 8) No Quantitative Easing, a autoridade monetária compra títulos de curto ou de longo prazo?**

Longo prazo.



**9) Qual a diferença entre o déficit primário, o déficit nominal e o déficit operacional?**

O déficit ocorre quando as despesas superam as receitas. O déficit primário considera somente as receitas e as despesas não financeiras. O déficit nominal inclui o recebimento e o pagamento de juros. O déficit operacional deduz os efeitos da inflação, ou seja, considera apenas os juros reais.

**10) Qual o principal argumento que levou à aprovação da lei que permite os depósitos voluntários remunerados no Banco Central?**

Que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) é impactada por títulos utilizados para fins de política monetária, de forma que a permissão para o uso de mais um instrumento de política monetária permitiria que a DBGG fosse cada vez mais representativa da situação fiscal do país.



## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

### 1. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escrítorio)

Com evidências do enorme descolamento entre as taxas de juros de curto e de longo prazo no Brasil, o texto abaixo reproduz matéria jornalística, publicada no início de agosto de 2020, dando conta da enorme incerteza futura associada aos impactos adversos decorrentes da crise pandêmica da Covid-19 sobre a economia brasileira.

Os juros futuros encerraram os negócios desta segunda-feira em alta firme, afetados por um movimento de maior incorporação de prêmio de risco ao longo da curva a termo, especialmente nos trechos mais longos (com vencimento no longo prazo). No fim da sessão regular, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2021 passava de 1,87% no ajuste anterior para 1,88%; a do DI para janeiro de 2022 ia de 2,65% para 2,67%; a do contrato para janeiro de 2023 subia de 3,76% para 3,79%; a do DI para janeiro de 2025 escalava de 5,40% para 5,47%; e a do contrato para janeiro de 2027 saltava de 6,35% para 6,43%.

*REZENDE, V. Risco fiscal leva a alta das taxas de juros futuros e curva tem maior inclinação desde fim de junho. Valor Econômico, 10/08/2020. Acesso em: 7 fev. 2021.  
Adaptado.*

Para minorar os impactos da crise, a Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, conhecida como o “Orçamento de Guerra”, instituiu uma diversidade de medidas nos âmbitos fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional, decorrente da pandemia da Covid-19. Dentre as medidas aprovadas, o Banco Central do Brasil ficou autorizado, temporariamente, a operar com instrumentos de política monetária considerados não convencionais. A medida de política monetária não convencional, por parte do Banco Central do Brasil, que poderia ter estimulado a redução das taxas de juros de longo prazo no ano passado é a

- a) compra de títulos públicos e privados no mercado secundário
- b) redução da taxa de juros básica de curto prazo (Selic)
- c) venda de títulos mediante operações compromissadas
- d) venda de títulos públicos e privados no mercado secundário
- e) redução do percentual dos depósitos compulsórios



## 2. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escriturário)

A pandemia do coronavírus, declarada em março de 2020, alterou significativamente as relações sociais e econômicas ao redor do globo. Em resposta, autoridades mundiais atuaram tempestivamente, recorrendo a instrumentos monetários para dinamizar a economia, associando estímulo monetário com controle inflacionário. Com essa finalidade, no Brasil, em agosto de 2020, o Banco Central do Brasil (Bacen) anunciou a utilização de um instrumento denominado

- a) Teto dos gastos
- b) Isenção tributária
- c) Dominância fiscal
- d) Forward guidance
- e) Quantitative easing

## 3. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escriturário)

Considere o seguinte trecho de reportagem publicada no jornal Valor Econômico, em 3 de novembro de 2020:

O plenário do Senado aprovou, agora há pouco, um projeto que possibilita ao Banco Central substituir as operações compromissadas pelo depósito voluntário remunerado das instituições financeiras. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados.

TRUFFI, R.; LIMA, V. Senado aprova projeto que permite ao BC usar depósitos voluntários.  
Valor Econômico, 3/11/2020. Acesso em: 27 jan. 2021.

O principal argumento em defesa da adoção de depósitos das instituições financeiras, remunerados pelo Banco Central do Brasil (BCB), é que esse mecanismo adicional de política monetária

- a) estimularia a redução das taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais.
- b) teria efeito nulo sobre o crescimento da dívida bruta do Tesouro Nacional.
- c) teria efeito nulo sobre as despesas financeiras do BCB.
- d) teria impacto financeiro idêntico ao das operações compromissadas.
- e) fomentaria o sistema de crédito bancário



#### 4. (Cesgranrio/2021/Banco do Brasil/Escriturário)

Um dos fatos mais comemorados pelos analistas econômicos no Brasil foi a queda histórica das taxas de juros básicas de curto prazo (Selic), ocorrida nos últimos três anos. Entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2021, a Selic havia recuado de 6,75% a.a. para 2,00% a.a. Considerando-se o arcabouço da política monetária vigente no Brasil, baseado no regime de metas para a inflação, os dois fatores que permitiram tamanha queda dos juros básicos no Brasil no período foram a

- a) redução da dívida bruta do setor público como proporção do PIB e a prolongada recessão ocorrida no período.
- b) queda dos preços das commodities e o menor impacto da desvalorização do real sobre os preços internos.
- c) eficácia dos controles de preços e a melhora das condições externas.
- d) ancoragem das expectativas de inflação e o elevado nível médio de capacidade ociosa registrado na economia brasileira no período.
- e) queda dos preços dos alimentos e a redução dos spreads bancários.

#### 5. (Cesgranrio/2015/Banco do Brasil/Escriturário)

O Banco Central do Brasil tem por objetivo zelar pela liquidez da economia. A liquidez é um atributo de um ativo que deve, em maior ou menor grau, conservar valor ao longo do tempo e ser capaz de liquidar dívidas.

Sendo a moeda um ativo líquido, o Banco Central do Brasil interfere na liquidez da economia quando

- a) as reservas monetárias estão baixas.
- b) os empréstimos excedem as reservas bancárias.
- c) a inflação está acima do esperado.
- d) o balanço comercial está equilibrado.
- e) os empréstimos excedem os depósitos à vista.

#### 6. (Cesgranrio/2018/Banco do Brasil/Escriturário)

No final de março de 2018, as autoridades monetárias brasileiras anunciaram que as alíquotas dos depósitos compulsórios incidentes sobre depósitos à vista seriam reduzidas de 40% para 25%. Tendo em vista a dinâmica do mercado financeiro, essa medida objetiva, principalmente,

- a) reduzir o nível de inadimplência observado no sistema bancário brasileiro.



- b) aumentar a regulação do sistema bancário brasileiro.
- c) estimular os encaixes voluntários do sistema bancário brasileiro.
- d) aumentar a oferta de crédito para empresas e consumidores no Brasil.
- e) igualar as taxas de juros médias cobradas pelos bancos às taxas de juros básicas determinadas pelo Banco Central do Brasil.

## 7. (Cesgranrio/2015/ Banco do Brasil/Escriturário)

A autonomia operacional do Banco Central (BC) tem sido um tema de debate entre os economistas. Nesse sentido, muitos analistas consideram que a condução da política monetária, atribuição do BC, pode eventualmente sofrer interferência de instâncias superiores do governo, em especial, no estabelecimento da meta inflacionária.

Tal conclusão deriva do fato de que o estabelecimento dessa meta é atribuição

- a) unicamente do presidente do BC, que pode sofrer pressões para estimular uma meta mais elevada.
- b) do Conselho Monetário Nacional (CMN), formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do BC.
- c) da equipe econômica definida pelo presidente da República, que anualmente se reúne para fixar a meta inflacionária, e o BC que deve persegui-la através da política de juros.
- d) do presidente do BC e dos bancos públicos, dentre eles o Banco do Brasil, que definem as taxas de inflação para um prazo de dois anos.
- e) do Comitê de Política Monetária (Copom), que define a meta inflacionária anualmente e a meta da taxa de juros a ser alcançada para que a taxa de inflação converja para sua meta.

## 8. (Cesgranrio/2018/Basa/Técnico TI - adaptada)

Por meio da Resolução nº 4.724, de 27/06/2019, o BCB fixou a meta para a inflação, bem como seu intervalo de tolerância para o ano de 2022. Para o ano de 2022, a meta para a inflação é

- a) de 3,25%, e para 2023, a meta é de 4,25%.
- b) de 3,50%, e para 2023, a meta é de 3,25%.
- c) de 3,75%, e para 2023, a meta é de 3,5%.
- d) de 4,00%, e para 2023, a meta é de 4,00%.
- e) de 4,25%, e para 2023, a meta é de 4,00%.



## 9. (Cesgranrio/2018/Banco do Brasil/Escriturário)

Os agentes econômicos bem informados, sejam empresas ou consumidores, estão sempre atentos às decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, com respeito à fixação da taxa de juros básica de curto prazo (a taxa Selic), porque esta influencia as demais taxas de juros da economia como um todo. De agosto de 2016 a março de 2018, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% a.a. para 6,50% a.a., o que, descontada a inflação anual, significou maior convergência entre as taxas de juros reais brasileiras e internacionais.

Tendo em vista a determinação das taxas de juros básicas de curto prazo num país que adota um regime de metas de inflação, como o Brasil, os dois fatores que justificam a contínua e significativa redução da taxa Selic no país, desde agosto de 2016, foram a(o)

- a) queda da inflação ao consumidor (IPCA) e o baixo nível de desemprego no Brasil.
- b) enorme volatilidade do Ibovespa e o ambiente de incerteza nos mercados globais.
- c) rápida recuperação em curso da economia brasileira e o cenário econômico externo favorável.
- d) significativo crescimento econômico doméstico e a recuperação dos preços das commodities exportadas pelo Brasil.
- e) convergência das expectativas de inflação para as metas de inflação anuais e os níveis elevados de capacidade ociosa da economia brasileira.

## 10.(Cesgranrio/2018/BASA/Técnico Bancário)

No Brasil, quando o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil fixa a meta anual para a taxa de juros básica de curto prazo da economia, tal meta é perseguida mediante compra e venda de títulos públicos por parte da autoridade monetária, cujo processamento é efetivado pelo (a)

- a) Sistema de Compensação Bancária
- b) Sistema Brasileiro de Pagamentos
- c) Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados
- d) Sistema Especial de Liquidação e Custódia
- e) Sistema Geral do Mercado Aberto



### 11.(Cesgranrio/2015/BASA/Técnico Bancário)

Qual é o sistema de registro e liquidação das operações com títulos públicos realizadas entre instituições financeiras?

- a) SND
- b) Selic
- c) Cetip
- d) Tesouro direto
- e) CBLC

### 12.(FCC/2019/Banrisul/Escriturário)

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, a atribuição da coordenação da Dívida Pública Federal externa e interna é

- a) do Banco Central do Brasil.
- b) do Ministério da Fazenda.
- c) da Secretaria do Tesouro Nacional.
- d) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- e) do Conselho Monetário Nacional.

### 13.(Cesgranrio/2015/Banco do Brasil/Escriturário)

As previsões para o desempenho da economia brasileira neste ano e no próximo continuam se deteriorando. As cerca de cem instituições que consultadas para o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central (BC), projetam uma queda maior para Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 [...]

Quanto à inflação, os analistas consultados pelo BC aguardam uma alta de 9,23% para o IPCA neste calendário, acima da taxa estimada antes, de 9,15%.

CAPRIOLI, G. Mercado vê inflação de 9,23% em 2015 e economia mais contraída. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4150608/mercado-ve-inflacao-de-923-em-2015-e-economia-mais-contraida>>. Acesso em: 10 ago. 2015. Adaptado.



Nesse contexto, representa uma medida efetiva que poderá ser adotada para conter a alta inflacionária:

- a) aumentar a taxa de juros básica da economia.
- b) reduzir drasticamente os principais impostos federais, estaduais e municipais.
- c) aumentar a emissão de papel moeda para honrar a folha de pagamento e os demais gastos do governo, visando a diminuir os depósitos à vista nos bancos.
- d) aumentar a produção de bens na indústria.
- e) aumentar o nível geral de preços da economia.

#### 14.(FGV/2018/BANESTES/Analista)

O Comitê de Política Monetária (Copom) foi instituído em 1999 e tem por principais objetivos: i) estabelecer as diretrizes da política monetária; e ii) definir a meta da taxa de juros básica no Brasil e seu eventual viés.

Para consecução do objetivo ii), dada a decisão do Copom, o Banco Central:

- a) emite títulos públicos;
- b) emite títulos do próprio Banco Central;
- c) realiza operações de mercado aberto;
- d) realiza o controle da dívida pública;
- e) controla as reservas internacionais do país.

#### 15.(FGV/2018/BANESTES/Analista)

Em 7 de fevereiro de 2018, o Copom reduziu a meta da taxa Selic para 6,75% ao ano. Em termos práticos, isso significa que a mesa de operações de mercado aberto do Banco Central deve atuar para que a Selic diária fique próxima dessa meta.

Se a Selic diária estiver em 7% num certo dia, a mesa de operações do Banco Central deve:

- a) comprar títulos públicos no mercado e mantê-los em sua carteira, até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- b) vender títulos públicos de sua carteira no mercado, até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- c) emitir títulos no mercado até que a taxa diária atinja a meta de 6,75%;
- d) imprimir mais papel-moeda;
- e) pleitear uma mudança no superávit primário.



### 16.(FGV/2018/BANESTES/Analista)

O mecanismo pelo qual a mesa de operações de mercado aberto do Banco Central persegue a meta da Selic definida pelo Copom é denominado “operações de mercado aberto”.

Se num certo dia a mesa de operações vendeu títulos públicos que estavam na carteira do Banco Central - uma típica operação de mercado aberto - o efeito na economia seria:

- a) uma contração na oferta de moeda e consequente diminuição da Selic diária;
- b) um aumento na oferta de moeda e consequente aumento da Selic diária;
- c) uma expansão da base monetária;
- d) uma contração na oferta de moeda e consequente aumento da Selic diária;
- e) um aumento na oferta de moeda e consequente diminuição da Selic diária.



## GABARITO



- |      |      |
|------|------|
| 1. A | 9. E |
| 2. D | 10.D |
| 3. B | 11.B |
| 4. D | 12.E |
| 5. C | 13.A |
| 6. D | 14.C |
| 7. B | 15.A |
| 8. B | 16.D |



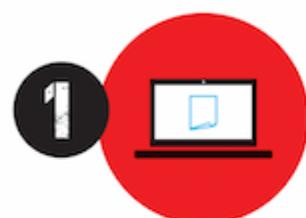
## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assaf Neto, A. (2016). *Mercado Financeiro*.
- Giambiagi, F. e Além, C. (2016). *Finanças Públicas*.
- Giacomoni, G. (2017). *Orçamento Público*.
- Natale, C. (2022). *Conhecimentos Bancários*. Estratégia Concursos.
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª edição (2021). STN  
bcb.gov.br
- Resolução BCB 55/2020 (Regulamento Selic)



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.